

O processo de transição política incompleto e inacabado e as implicações para a gestão democrática da escola pública

Daniela de Oliveira Pires
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Brasil
E-mail: danielaopires77@gmail.com

Introdução do problema

O objetivo do estudo será o de demonstrar, a partir do processo de transição incompleto e inacabado, nos anos 1980, quais os desafios para a gestão democrática da escola pública. Para efeitos dessa análise, democratização é aqui entendida como a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social (PERONI, 2016). É possível sustentar a hipótese de que não rompemos, em definitivo, com o passado ditatorial, posto que sequer, foram adotadas políticas de memória e verdade, justiça, reforma das instituições, dentre outras medidas transicionais. Tem-se, com isso, um processo inconcluso, causando com isso, fragilidades das estruturas democráticas. Neste contexto, sem a realização das reformas nas instituições políticas do Estado brasileiro, as parcerias público-privadas, acabam materializando os interesses de determinados setores da elite dirigente, os quais atuam regulamentando o espaço público, primando pelos seus interesses, na contramão dos valores preconizados pelo Estado Democrático de Direito. Tais setores, acabam por estimular o processo de privatização da esfera pública, ora vendendo serviços e tecnologias educacionais às redes públicas de ensino, ora orientando o conteúdo da proposta das políticas educacionais. Uma das principais consequências é que suas ações não se coadunam com o princípio constitucional da gestão democrática. A metodologia utilizada para a realização desta análise foi a pesquisa bibliográfica e legislativa.

A gestão educacional foi permeada por diferentes perspectivas e teorias ao longo das últimas décadas. No Brasil, historicamente, por modelos de gestão baseados no autoritarismo, patrimonialismo e no clientelismo. A gestão democrática da escola e da educação, surgiu em oposição a estes modelos e por meio da luta dos profissionais da educação, precisamente no período em que o país passava pela redemocratização e pela abertura política, a partir dos anos 1980. Neste período, destacamos o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). Seu lançamento ocorreu por meio da “Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita”, da qual resultou o “Manifesto em Defesa da

Escola Pública e Gratuita”. O Fórum surgiu como um espaço para debater a construção de um projeto para toda a educação, não somente para a escola, lutando pela redemocratização da educação e objetivando a elaboração da nova Carta Magna. A educação pública e gratuita como direito de todos e dever do Estado e da família foi conquistada no Brasil com a Constituição Federal de 1988 (CF/88). A garantia desses direitos resultou da luta dos profissionais da educação, que reivindicavam uma escola mais democrática, pautada na gestão e na universalização do acesso, focando na formação do cidadão.

Em que pese, é importante relacionar a luta pela democratização da educação e da escola com o processo de transição democrática brasileira, que se caracterizou pelas articulações no bojo do próprio governo ditatorial civil-militar, pois tratou-se no Brasil, de uma transição negociada, pactuada pelo alto (FERNANDES, 2005). Não tivemos uma ruptura com o regime de exceção, os membros do governo e seus apoiadores, dentre eles a elite dirigente, negociaram os mecanismos que garantissem a manutenção dos seus interesses de classe nas esferas de poder.

Diante de tais características, é possível afirmar, segundo Florestan Fernandes (2005), que no Brasil ocorreu a manutenção e o controle da hegemonia das forças militares e do setor empresarial. Neste sentido, tem-se o retorno ao regime democrático, mas com a permanência da influência política militar-empresarial nas esferas do executivo, legislativo e judiciário.

Este processo definirá, na Carta Política de 1988, ações do setor público e do privado (com e sem fins lucrativos), assim como o do público não-estatal. Ao final, constata-se que a situação brasileira atual é de crise da democracia representativa, do avanço das pautas conservadoras e de retrocessos sociais. Com isso, é urgente reafirmar o papel da escola e da educação pública enquanto instrumentos que devem levar a autorreflexão constante dos cidadãos e cidadãs, em uma conjuntura de fragilidade e recentes rupturas democráticas.

Desenvolvimento

Os anos 1980 marcaram o esgotamento do Estado de exceção e a luta dos movimentos sociais pela redemocratização e pela educação pública. Todavia, nesse mesmo momento, os Estados Unidos e a Inglaterra difundiam mundialmente a orientação neoliberal que tem, dentre suas premissas, a privatização dos setores sociais e a não-

intervenção do Estado na economia. É nesse contexto que a CF/88 foi promulgada. O texto constitucional reconhece, além da esfera do público e do privado, outra categoria, as entidades de filantropia, o que significa a ação particular, mas com um sentido público.

Tais entidades foram estimuladas a partir dos anos 1990, com o advento das parcerias público-privadas, entre o Estado e o terceiro setor. Ao mesmo tempo, em que o Estado amplia a sua titularidade na promoção da educação pública, admitindo, com isso, o seu dever constitucional e empenhando esforços para executá-la, as forças sociais privatizantes se organizavam para reconfigurar tais pretensões. (PIRES; PERONI, 2019).

Ao mesmo tempo, em que avançamos no fortalecimento da democracia, entendida, como a materialização dos direitos sociais por meio de políticas públicas, ocorrida no período pós-abertura política e, incrementada, durante a primeira década dos anos 2000, como, por exemplo, com o aumento da oferta da educação básica; o Plano de Desenvolvimento da Educação/Plano de Ações Articuladas e o processo de construção de um Sistema Nacional de Educação, ocorreu também o incremento do processo de privatização da educação pública, com a participação do setor privado mercantil, tanto na direção, quanto na execução de políticas educacionais (PERONI, 2015), com consequências para a gestão democrática da escola e da educação.

Como exemplo da privatização, podemos citar a autonomia nos âmbitos financeiro, pedagógico e administrativo, o setor privado mercantil, por meio das parcerias público-privadas, estimula um processo de padronização das escolas públicas, pois são induzidas a realizar a mesma forma de trabalho e organização, em outra perspectiva, que não aquela defendida pelas lutas históricas pela democratização da educação pública e que se distanciam de uma concepção de autonomia no âmbito da gestão democrática, uma vez que, nesta, a comunidade escolar elabora, planeja e executa seus projetos pedagógicos.

Outro fator, destacado pela parceria público-privada é a liderança. O setor privado mercantil traça um paralelo entre a gestão empresarial e a gestão escolar, a partir do relato de um empresário. Este utiliza termos comuns ao mercado, como otimização e redução de custos, e expressa que o sucesso da escola pode ser medido através de alunos e alunas que estão se formando, ou seja, que o aluno, ao sair da escola, deveria estar apto a atender as necessidades do mercado.

Para isso, as demandas educacionais precisariam estar adaptadas às diferentes regiões e a seus nichos econômicos. Salientamos que a educação pública não pode ser subserviente ao mercado, pois sua função social vai além de formar o jovem para o mercado de trabalho. Por fim, o setor privado apresenta os elementos da gestão escolar, orientando a direção a seguir uma espécie de cartilha, uma orientação prévia estabelecida pelas entidades privadas, não importando se a escola é de uma comunidade urbana, rural ou até mesmo inseridas em comunidades indígenas.

Conclusões

Ao final do estudo, é possível constatar que processos transicionais incompletos e inacabados, como o período da redemocratização do Estado brasileiro nos anos 1980, acabam obstaculizando, o fortalecimento da gestão democrática da escola pública. Tal premissa se fundamenta, dentre outros fatores, na atuação do setor privado nas políticas educacionais e no avanço da pauta neoconservadora (PERONI, 2020).

Acrescido a isso, com o neoconservadorismo, as questões relativas às liberdades individuais trouxeram perdas para um projeto societário de justiça social, em que proliferam as concepções individualistas, a concorrência e a competitividade. É nesse cenário que o direito à educação, a gestão da escola pública, cada vez mais, passa a associar-se à lucratividade, por meio da ação do empresariado nacional, fortalecendo a privatização do público.

Diante desse contexto, com tantos retrocessos políticos e sociais, a alternativa viável é criar espaços de (re)existência e reconhecer que a garantia da gestão democrática da escola pública, pressupõe, necessariamente, a democratização da sociedade brasileira. Somente assim, será possível avançarmos na construção de um projeto educacional democrático que reconheça na participação social um dos seus propósitos e, só assim, teremos condições de transitar, de fato, para a democratização plena do país e da escola pública.

Referências

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.
PERONI, V. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41, e241697, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado na educação básica: a democratização da educação? Movimento Revista de Educação, v. 5, p. 1-27, 2016

PERONI, V. M. V. **As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na Educação Básica Brasileira**. 37ª Reunião Nacional da ANPED, UFSC, Florianópolis, 2015.

PIRES, D. O.; PERONI, V.M.V. A história da educação brasileira sob o enfoque da relação público-privada: limites e possibilidades para a sua democratização. **Revista Contrapontos**, Vol. 19, p. 10-27, 2019.